

## CRISE DOS MERCADOS

# Fazenda anuncia corte de R\$ 225 milhões

*Redução de gastos virá da reestruturação de órgãos vinculados ao ministério, principalmente do Serpro*

SUZANA SANTOS

**B**RASÍLIA – O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, anunciou ontem a redução de gastos de R\$ 225 milhões por ano no âmbito do Ministério da Fazenda. A economia decorrerá de medidas de reestruturação de vários órgãos e entidades vinculadas à pasta. As medidas têm efeito imediato e vigoram a partir de hoje, com a publicação de decreto no *Diário Oficial*. Esse total será contabilizado apenas no próximo ano, pois muitas medidas terão impacto mais representativo no exercício de 1999, apesar de alguns ajustes serem iniciados até dezembro.

A maior parte dos cortes virá do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que terá de reduzir em cerca de R\$ 140 milhões seus gastos para o próximo ano. Desse total, R\$ 88 milhões serão economizados com corte nos gastos com pessoal; R\$ 30 milhões, com redução de despesas de custeio; e R\$ 20 milhões, com diminuição de investimentos. Parente disse que a entidade deve lançar ainda este ano um novo programa de demissão voluntária para facilitar os ajustes.

Ele afirmou que a meta é concentrar a atividade do Serpro no atendimento aos Ministérios da Fazenda e Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) para reduzir custos. O Serpro tem tido dificuldades de atender às tarefas prioritárias porque também presta serviços a outros órgãos, segundo ele. “O Serpro terá de, paulatinamente, liberar-se de obrigações com outros órgãos e ministérios.” Este ano, a instituição terá de cortar também cerca de R\$ 3,4 milhões da folha mensal, R\$ 1 milhão de dispêndios globais, e suspender R\$ 2 milhões em investimentos.

Entre as medidas está também a extinção, ainda este ano, de cerca de metade das delegacias de Administração do Ministério da Fazenda, que passaram de 24 para 12; da Secretaria Federal de Controle, reduzidas de 23 para 12; e do Patrimônio da União, de 21 para 12. Nos Estados onde foram eliminadas as delegacias o governo manterá representações pequenas, com poucos funcionários.

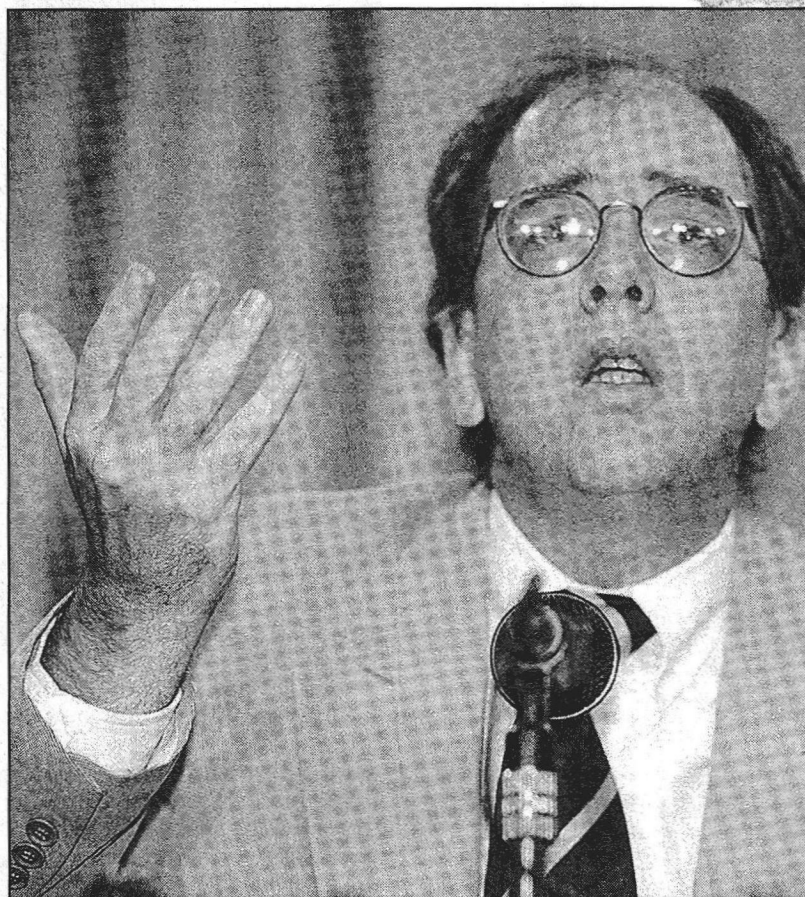
**Remanejamento** – Com a redução da estrutura das delegacias regionais, o ministério remanejará 1.100 funcionários para a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e outros órgãos. Com isso, diz Parente, reduz-se a necessidade de contratação para esses órgãos, que demandam a ampliação de serviços para fortalecer a estrutura de arrecadação.

O ministério extinguiu também, na Fazenda, 400 cargos em comissão e com funções gratificadas. “Estamos devolvendo esses cargos ao Ministério da Administração”, disse.

“O Ministério da Fazenda está abrindo mão desses cargos.” Para Parente, outros órgãos e ministérios deveriam, em atendimento ao desafio de equilíbrio fiscal, propor medidas da mesma natureza, com vistas à reduzir as estruturas.

As medidas incluem ainda redução, este ano, de gastos de custeio com instalações, obras, informática e equipamentos. Parente afirmou que os equipamentos das delegacias extintas serão remanejados e aproveitados. Ele lembrou também que estão sendo instituídos sistemas de controle administrativo rígido para monitorar o custeio, partindo de renegociação de contratos de serviço, redução do volume de serviços contratados e desocupação de imóveis alugados.

Ficou estabelecido também que a Casa da Moeda terá de reduzir em R\$ 30 milhões os gastos globais previstos para o próximo ano e o Banco Central manterá os gastos deste ano no valor de R\$ 269 milhões, montan-



Parente: “Ministério da Fazenda está abrindo mão de 400 cargos”

te abaixo do autorizado anteriormente. Essa determinação para o Banco Central implicará redução de R\$ 50 milhões em gastos.

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Cincinato Rodrigues de Campos, vai sugerir ao Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado que crie, por decreto, um mecanismo de estímulo aos funcionários públicos para que eles busquem descontos em passagens aéreas de viagens oficiais. Segundo ele, o governo deveria dividir em partes iguais, com o funcionários, o desconto em dinheiro obtido na passagem.

Cincinato argumentou que, para órgãos públicos, nunca há passagens promocionais e com desconto, dife-

rentemente do que as companhias aéreas oferecem para pessoas físicas. A idéia é que cada funcionário, que tenha viagem oficial agendada, busque uma tarifa mais baixa para baratear os custos de passagens pagas pelo governo. Ele propõe que, como forma de estímulo, o governo ofereça aos funcionários metade do desconto obtido.

Para o técnico do ministério, o governo estaria ganhando com a solução porque passaria a ter acesso à metade de um desconto que na prática ele não consegue com as companhias aéreas. A forma de repasse do dinheiro para os funcionários, segundo Cincinato, poderia ser feita por meio do pagamento de diária de viagem adicional.

**M**ETADE DAS  
DELEGACIAS DE  
ADMINISTRAÇÃO  
SERÁ EXTINTA